

A.I. N.º - 269515.0001/04-0
AUTUADO - MUNDO VERDE ASSESSORIA COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA
AUTUANTE - NAGIBE PEREIRA PIZA
ORIGEM - INFAZ BARREIRAS
INTERNET - 20.04.04

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0115-03/04

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. DESTAQUE DE IMPOSTO EM OPERAÇÃO NÃO TRIBUTADA. O autuado comprova nos autos que tal fato não ensejou ao adquirente a utilização de crédito fiscal. Entretanto deve ser aplicada a multa de R\$ 50,00, prevista no art. 42, XXII, da Lei nº 7.014/96, pelo descumprimento de obrigação acessória. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, em lide, foi lavrado, em 15/01/04, para exigir o ICMS, no valor de R\$1.347,18, acrescido da multa de 60%, em decorrência da seguinte infração:

“Deixou de recolher no prazo regulamentar ICMS correspondente a imposto destacado em Notas Fiscais relativas a operações não tributadas, possibilitando ao adquirente a utilização do crédito”.

O autuado apresenta impugnação à fl. 13, inicialmente esclarecendo que sendo optante do SIMBAHIA faz o recolhimento do imposto com base no faturamento anual. Diz ser improcedente a necessidade de recolhimento do ICMS destacado nos CTRC's citados no Auto de Infração. Afirmar que “a operação é tributada, porém com base no faturamento anual”. Acrescenta que há uma observação expressa no CTRC que o documento não gera crédito de ICMS. Ressalta que os adquirentes não se creditaram do imposto destacado nos documentos em lide e anexa, aos autos, cópias dos livros Registros de Entradas dos mesmos, com o intuito de comprovar sua afirmação. Ao final, entendendo que não houve prejuízo, nem intenção de lesar o Estado, pede a improcedência do Auto de Infração.

O autuante, em sua informação fiscal (fl. 28), reconhece que o destinatário não utilizou os créditos fiscais destacados nos CTRC's emitidos pelo autuado. Entende, no entanto, que deve ser aplicada a penalidade prevista no art. 915, XXII, do RICMS/97, pelo descumprimento de obrigação acessória.

VOTO

O presente processo exige ICMS sob alegação de falta de recolhimento do imposto destacado em CTRC's relativos a operações não tributadas, possibilitando ao adquirente a utilização do crédito fiscal.

O autuado, em sua peça defensiva, comprovou através de cópias dos livros Registro de Entradas do adquirente, que o mesmo não se creditou do imposto em lide, fato, inclusive reconhecido pelo fiscal autuante, não sendo, portanto, devido a exigência de tributo no presente caso.

Entretanto, como o sujeito passivo destacou indevidamente o ICMS nos CTC's mencionados no demonstrativo à fl. 5, já que sendo optante do regime simplificado de apuração (SIMBAHIA), não devia fazê-lo, é cabível a aplicação da multa prevista no art. 42, XXII, da Lei nº 7.014/96, pelo descumprimento de obrigação acessória.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **269515.0001/04-0**, lavrado contra **MUNDO VERDE ASSESSORIA COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 50,00**, prevista no art. 42, XXII, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 12 de abril de 2004.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA